HEGEMONIAS E DISPUTAS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO: olhares sobre as políticas de internacionalização da educação superior no brasil (2011 e 2021).

Márcia Monalisa de Morais Sousa Garcia[1]
Alcides Fernando Gussi[2]

RESUMO
Este artigo problematiza a internacionalização da educação superior a partir de dois pressupostos: 1) a internacionalização se constitui em um campo de disputas entre interesses contraditórios; 2) as políticas de internacionalização no país têm sido hegemonicamente norteadas pela agenda neoliberal. Com o objetivo geral de analisar de forma crítica e reflexiva o campo da internacionalização, definem-se como objetivos específicos: a) debater o campo da internacionalização no contexto do neoliberalismo e b) analisar as políticas de internacionalização elaboradas pelo governo federal na última década. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com utilização de pesquisas bibliográfica e documental. Ao desvelar o campo de disputas em que a internacionalização está circunscrita na conjuntura neoliberal, aponta-se a necessidade de se pensar em caminhos alternativos que se contraponham ao modelo hegemônico por meio de uma internacionalização voltada para a colaboração mútua, que afirme a educação com um bem público e um direito.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação Superior. Hegemonia.

ABSTRACT
This article discusses the internationalization of higher education based on two assumptions: 1) internationalization constitutes a field of disputes between contradictory interests; 2) internationalization policies in the country have been hegemonically guided by the neoliberal agenda. With the general objective of critically and reflexively analyzing the field of internationalization, specific objectives are defined: a) to debate the field of internationalization in the context of neoliberalism and b) to analyze the internationalization policies elaborated by the federal government in the last decade. Therefore, a qualitative approach research was carried out, using bibliographical and documentary research. By unveiling the field of disputes in which internationalization is circumscribed in the neoliberal context, the need to think of alternative paths that opposes the hegemonic model through an internationalization focused on mutual collaboration, which affirms education as a public good and a right.

Keywords: Internacionalization. Higher Education. Hegemony.

[1] Universidade Federal do Ceará; Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Ceará (UFC); marciamonalisa@yahoo.com.br
[2] Universidade Federal do Ceará; Professor Adjunto na Universidade Federal do Ceará (UFC); alcidesfernandogussi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo problematiza a internacionalização da educação superior no contexto do neoliberalismo a fim de fomentar uma análise crítica e reflexiva sobre este campo de estudo. Tratam-se de análises derivadas de pesquisa avaliativa sobre o Programa CsF na Universidade Federal do Ceará (UFC) (GARCIA, 2020)[3], cujos resultados evidenciaram os paradigmas e valores que nortearam a formulação do Programa, seu contexto político de formulação e implementação e como o CsF foi ressignificado por agentes institucionais, responsáveis por implementar a política na UFC, os quais deram a ela novos sentidos e significados.

Contudo, a partir do Programa CsF, observa-se que a internacionalização no sentido de cooperação mútua tem sido posta à prova pelas forças do mercado, sobretudo na última década, emergindo a necessidade de discutir os pilares que têm sustentado as políticas de internacionalização da educação superior.

Com base nessa problematização, este artigo visa desenvolver uma discussão sobre a internacionalização a partir de dois pressupostos: 1) a internacionalização da educação superior se constitui em um campo de disputas entre interesses contraditórios; 2) as políticas de internacionalização no país têm sido hegemonicamente norteadas pela agenda neoliberal.

Nesse sentido, com o objetivo geral de analisar de forma crítica e reflexiva o campo da internacionalização da educação superior, definem-se como objetivos específicos: a) debater o campo da internacionalização no contexto do neoliberalismo e b) analisar as políticas de internacionalização elaboradas pelo governo federal na última década.

Entende-se aqui que o debate epistemológico sobre a internacionalização da educação superior torna-se relevante na medida em que contribui para a construção de outros parâmetros de internacionalização, pautados na cooperação entre culturas e instituições de ensino que se complementem, produzindo solidariamente o avanço

[3] As reflexões aqui postas surgem a partir de uma avaliação do Programa CsF na Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolvida por Garcia (2020) no âmbito do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC.

da ciência para a humanidade, e contribuindo para o desenvolvimento legítimo da sociedade.

Metodologicamente, desenvolvemos uma pesquisa de abordagem qualitativa (MINAYO, 2005), com a realização de levantamento de dados a partir de dois procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica e documental, que viabilizaram construir uma fundamentação teórica sobre o tema, compreender o contexto político e as concepções ideológicas que norteiam a formulação das políticas de internacionalização.

Além da introdução e das considerações finais, este artigo está dividido em três partes. A primeira mostra detalhadamente os caminhos metodológicos de construção desta pesquisa; a segunda apresenta um debate conceitual sobre a internacionalização, mostrando como tem se constituído em um campo de tensões, entre a ideia de cooperação interinstitucional e a ideia de serviço educacional; a terceira faz uma análise dos principais programas propostos pelo governo federal a fim de promover a internacionalização das universidades brasileiras.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Para desenvolver uma análise crítica e reflexiva sobre a internacionalização da educação superior, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, propondo-se analisar os significados (MINAYO, 2005) intrínsecos à internacionalização.

Para levantamento dos dados, inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em materiais já publicados, como livros, artigos, periódicos considerados relevantes para melhor definição do quadro conceitual que envolve a internacionalização (GIL, 2010).

Em seguida, foi realizada pesquisa documental, abrangendo o levantamento e a análise de documentos produzidos sobre três programas de internacionalização elaborados pelo governo federal entre 2011 e 2021, a fim de analisar as intencionalidades e paradigmas que nortearam essas políticas, bem como seus contextos de formulação. Para tanto, foram analisados os documentos apresentados no quadro 1:

Quadro 1- Relação de documentos analisados sobre as políticas de internacionalização

Programas de Internacionalização	Documentos
Programa CsF	- Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, que cria o Programa Ciência sem Fronteiras; - Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, que define as áreas prioritárias do programa; - Resumo Executivo do programa, elaborado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2011; - Plano Plurianual 2012-2015; - Site do Programa
PrInt	-Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018, cria institui o Programa Programa Uma Ponte para o Futuro, do PMDB; - Site da Capes sobre o PrInt.
Future-se	-Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020, que institui o Future-se - Site do MEC.

Fonte: Elaboração própria (2021).

Para analisar os documentos, buscou-se uma aproximação com a abordagem de análise documental proposta por Cellard (2008), que propõe considerar o contexto em que o documento foi produzido, além dos conceitos-chave e a lógica interna do texto, buscando compreender os sentidos atribuídos às palavras e aos conceitos, o que possibilitou ampliar o entendimento acerca dos três programas de internacionalização apresentados no quadro 1.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UM CAMPO DE DISPUTAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Não há um consenso sobre o conceito de “internacionalização”, cujas referências ainda estão localizadas predominantemente nos modelos do Norte Global. Nesse sentido, Jane Knight, por exemplo, professora doutora do Instituto de Estudos em Educação da Universidade de Ontário do Canadá, referência na temática, entende a internacionalização como “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário” (KNIGHT, 2003, p. 2).

Para Wit et al. (2015), a definição de Knight poderia ser ampliada, incluindo em sua finalidade a melhoria da qualidade do ensino superior e da pesquisa, trazendo uma contribuição significativa à sociedade. Na concepção de Van der Wende (1997,

p.18), por sua vez, internacionalização é “qualquer esforço sistemático encaminhado a fazer que a educação superior responda aos requerimentos e desafios relacionados com a globalização das sociedades, da economia e dos mercados”. Em meio à diversidade de concepções, organizações internacionais têm orientado os caminhos das políticas de internacionalização.

Em 1995, a Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), definiu novas regras e novos princípios para a educação superior, elevando-a ao patamar de serviço. (WORLD TRADE ORGANIZATION, 1995). Contraposta a essa perspectiva economicista, em 1998, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), durante a Conferência Mundial de Ensino Superior realizada em Paris, declararam a educação superior como um bem público e atribuiu a relevância da internacionalização à cooperação mútua entre os países, visando fomentar o bem estar social e fortalecer as capacidades nacionais. (UNESCO, 1998).

Portanto, observa-se que a internacionalização está sujeita a dualidades de concepções, ora entendida como cooperação solidária, ora entendida como serviço educacional, revelando o campo de disputas simbólicas (BOURDIEU, 2004) no qual está circunscrita.

Contextualmente, no Brasil, mudanças de sentidos em torno da internacionalização se aprofundaram, sobretudo a partir da década de 1990, não somente com o advento da globalização, quando o conhecimento passou a ser considerado uma força produtiva na sociedade, mas também com a introdução do neoliberalismo no Brasil a partir de pressões do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que impunham a diminuição do papel do Estado e a realização de reformas estruturantes. (SANTOS, 2011), o que resultou na racionalização dos recursos públicos, em uma maior articulação entre o sistema educacional superior e o setor produtivo, na expansão das IES privadas, na reorganização curricular com maior flexibilização da formação acadêmica e em uma visão de conhecimento a serviço da economia. (ALMEIDA, 2014).

Assim, o conhecimento científico produzido dentro das universidades públicas, passa, cada vez mais, a se submeter à lógica do mercado, o que justifica o

fato de as políticas de internacionalização serem prioritariamente voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico, como ratifica Chauí (2001, p. 20):

> A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, deixando de ser mero suporte do capital para se converter em agentes de sua acumulação. Consequentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade porque se tornaram econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se no monopólio dos conhecimentos e da informação.

A partir dessas questões, podemos analisar a internacionalização como um campo no sentido proposto por Bourdieu (2004, p. 29), isto é, um espaço estruturado a partir de posições de poder e disputas simbólicas, que se torna objeto de luta “tanto em sua representação, quanto em sua realidade”.

Assim, caminhamos para compreender a internacionalização como um espaço de disputas, em um contexto em que a ciência passa a ser uma mercadoria, produzida nas universidades e apropriada pelo capital, suscetível a sofrer transformação de sentidos pelos agentes responsáveis por colocá-las em prática no campo universitário. É sob esse prisma que analisamos, a seguir, as políticas de internacionalização no Brasil.

4 ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL (2011 A 2021)

Apesar de o governo brasileiro ter implementado políticas de internacionalização ainda na década de 1960, a política mais expressiva, que ampliou o debate sobre a internacionalização nas instituições de ensino superior brasileiras, foi o Programa CsF, criado em 2011 com a finalidade de impulsionar a internacionalização das universidades por meio da concessão de 101 mil bolsas de estudo no exterior a alunos da graduação e pós-graduação. (BRASIL, 2011).

Depois do CsF, outros programas foram formulados a fim de promover a internacionalização das universidades, como o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt), criado no Governo Temer (2016-2018) em 2018, e a recente proposta do Governo Bolsonaro (2019-2022), o Future-se.

Nesta seção, apresentaremos uma descrição analítica de cada um desses programas no tocante a seus objetivos, contextos políticos para que possamos

compreender suas principais bases conceituais e paradigmas ideológicos norteadores.

4.1 Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

O Programa CsF é considerado um dos principais programas do Governo Dilma Rousseff, eleita presidente em 2011, cujo primeiro mandato, segundo Singer (2018), consistiu em um ensaio neodesenvolvimentista ao priorizar políticas voltadas para Ciência, Tecnologia e Inovação.

Nesse contexto, foi criado o Programa CsF, através do decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011, com o objetivo geral, nos termos do Art. 1º, de

> propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias (BRASIL, 2011).

O Programa foi formulado a partir de uma aproximação com o governo norte-americano (MARTINS, 2015), configurando-se como modelo de cooperação Norte-Sul, em que predomina a hegemonia do conhecimento produzido nos países desenvolvidos em detrimento dos subdesenvolvidos, tanto que os Estados Unidos foram o país que mais recebeu estudantes do CsF, como mostram dados do painel de controle do Programa. (CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS, 2018).

Além disso, o Programa restringiu a concessão de bolsas a áreas consideradas prioritárias de conhecimento, restritas à Ciência e à Tecnologia, estabelecidas na Portaria Interministerial nº 01, de 09 de janeiro de 2013, configurando o uso econômico do conhecimento, visando atender a demandas e interesses privados, reiterando a concepção de educação como um serviço educacional. (SANTOS, 2011; CHAUÍ, 2001).

O CsF teve como meta conceder 101 mil bolsas a alunos de graduação e pós-graduação de universidades brasileiras em um período de quatro anos (até 2015), contando com financiamento tanto do setor público, quanto de empresas privadas como Tim, Hyundai, Shell, Natura (BRASIL, 2015). No entanto, a crise política e econômica, iniciada no segundo mandato do Governo Dilma (2014-2016), após a

adoção de políticas neoliberais, culminou com o golpe político em maio de 2016, afetando a continuidade do Programa.

Após o *impeachment*, em julho de 2016, no governo do presidente interino Michel Temer (2016-2018), a CAPES anunciou por meio de nota oficial a suspensão da concessão de bolsas a alunos da graduação, alegando o alto custo do programa. (CAPES, 2016). Apesar de garantir que o Programa CsF continuaria para os alunos da pós-graduação, a CAPES lançou, em novembro de 2018, o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt).

4.2 Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil (PrInt)

O PrInt foi criado em 2018 no governo Temer (2016-2018), cuja agenda centrou-se na iniciativa privada e no Estado mínimo, sendo um período marcado por supressão de direitos e descontinuidades de programas sociais, pois segundo o governo “o Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes” (PMDB, 2015, p. 19).

De acordo com os termos da Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018, o PrInt tem como finalidade fortalecer a política de internacionalização das universidades e estabelecer e consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil, tendo como objetivos:

> I - Fomentar a construção, a implementação e a consolidação de planos estratégicos de internacionalização das instituições contempladas nas áreas do conhecimento por elas priorizadas;
> II - Estimular a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação;
> III - Ampliar as ações de apoio à internacionalização na pós-graduação das instituições contempladas, inclusive projetos de pesquisa em cooperação;
> IV - Promover a mobilidade de docentes e de discentes, com ênfase em doutorandos, pós-doutorandos e docentes, do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil, vinculados a Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
> V - Fomentar a transformação das instituições participantes em um ambiente internacional;
> VI - Integrar outras ações de fomento da Capes ao esforço de internacionalização. (BRASIL, 2018).

Diferentemente do Programa CsF, as ações do Print são restritas a cursos de pós-graduação e, para garantir o recebimento de recursos, tiveram de passar por um

processo seletivo. Das mais de 100 instituições de ensino superior (IES) inscritas, somente 25 foram selecionadas, pois precisavam atender a alguns critérios apontados no Art. 4º da referida Portaria, tais quais: ter ao menos quatro Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* recomendados pela CAPES na Avaliação Trienal de 2013 e na Avaliação Quadrienal de 2017, entre os quais deveria haver, pelo menos, dois cursos de doutorado e possuir um Plano Institucional de Internacionalização. Além disso, as IES deveriam ter, no mínimo nota 4 em conceitos que variam de 3 a 7 em suas avaliações do MEC.

Esses critérios de seleção, baseados em indicadores de desempenho das universidades, evidenciam o quanto a educação superior tem sido julgada com base em princípios positivistas e gerenciais, sob o signo do neoliberalismo. (CHAUÍ, 2001).

O PrInt, em processo de implementação nas IES, prevê o repasse de recursos para o desenvolvimento de ações de internacionalização por um período de quatro anos, isto é, até 2022.

4.3 Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores (Future-se)

Ainda nesse contexto neoliberal, aprofundado na militarização e no governo anticientífico do presidente Bolsonaro (2019-2022), o Ministério da Educação (MEC) lançou em julho de 2019 uma proposta de um programa de adesão voluntária dos institutos de ensino superior públicos, o “Future-se”, cuja proposta, segundo o Ministério, é proporcionar uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior, gerando maior autonomia financeira a universidades e institutos federais. (MEC, 2019).

Esse programa, cujo Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020, está em tramitação na Câmara dos Deputados, contempla três eixos complementares, sendo eles: 1) Gestão, Governança e Empreendedorismo, 2) Pesquisa e Inovação e 3) Internacionalização. (MEC, 2019).

A participação das IES no Programa Future-se é “voluntária”, sendo condicionada à celebração de um “contrato de resultado”, firmado entre a universidade ou o instituto federal, por intermédio do Ministério da Educação, com organizações sociais responsáveis por gerir os recursos repassados pela União.

O recebimento dos recursos está atrelado ao alcance de resultados estabelecidos por indicadores de desempenho desenvolvidos pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de forma "a contemplar incrementos de eficiência e economicidade" (BRASIL, 2020).

Sob a justificativa de proporcionar maior "autonomia" às universidades, a proposta do Future-se surge em um contexto em que as IES têm recebido o menor repasse de recursos do Estado. Portanto, a ideia de autonomia que permeia o Programa refere-se, "ao gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão a universidade tem 'autonomia' para captar recursos de outras fontes". (CHAUÍ, 1999, p. 5).

Nesse sentido, a perda de prioridade da educação superior por parte do Estado resulta na emergência de um mercado universitário como alternativa, tornando a internacionalização um caminho. (SANTOS, 2011).

4.4 Os caminhos das políticas de internacionalização no Brasil (2011 a 2021)

A partir da análise dos programas de internacionalização formuladas pelos governos brasileiros na última década, é possível ampliar a compreensão sobre os sentidos que a internacionalização tem assumido, sobretudo no contexto atual neoliberal.

O quadro 2 sintetiza as principais informações sobre as políticas elaboradas pelo Governo Federal brasileiro com vistas à internacionalização das universidades.

Quadro 2 – Programas de Internacionalização elaborados pelo Governo Federal

	Programa CsF	**PrInt**	**Future-se**
Contexto político-econômico de criação	Criado no Governo Dilma Roussef em 2011 em um contexto de Estado neodesenvolvimentista (SINGER, 2018), a partir de uma aproximação com o Governo dos EUA.	Criado no Governo Michel Temer em 2018 em um contexto de Estado Ultra neoliberal, fundamentado no controle social absoluto pelo mercado e no Estado mínimo. (PMDB, 2015).	Proposto no Governo Bolsonaro em 2019 em um contexto de Estado neoliberal, militarizado e anticientífico, caracterizado como liberal na economia e o conservador nos costumes (CASTRO, 2018).
Legislação	Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011	Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018	Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020.
Objetivos	Propiciar a formação e	Fortalecer a política de	Dar maior autonomia

	capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias. (BRASIL, 2011)	internacionalização das universidades e estabelecer e consolidar polos de excelência em termos de produção científica, tecnológica e acadêmica no Brasil. (BRASIL, 2018)	financeira a universidades e institutos por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo, tendo como um de seus eixos a internacionalização. (MEC, 2019).
Situação	Extinto em 2017 pelo Governo Michel Temer sob a justificativa do ajuste fiscal	Em andamento nas universidades públicas	Em tramitação na Câmara dos Deputados.

Fonte: Elaboração Própria (2021).

A breve descrição dos três programas de internacionalização acima evidencia as políticas de internacionalização implementadas no ensino superior brasileiro, desde o Programa CsF e mais recentemente a tentativa do Future-se, apontam para uma subordinação da educação aos interesses do mercado, implicando na perda da missão das universidades, bem como de sua identidade, e de sua cultura local, ameaçados pela agenda de ajuste do Estado Neoliberal.

Nesse contexto, em que o ideário neoliberal se apropria de categorias da educação, observa-se que esse discurso ideológico causa inversões nos pensamentos e práticas em torno da internacionalização. A análise das políticas de internacionalização evidencia que elas têm sido marcadas por características pautadas na ética do mercado que auxiliam a pensar algumas de suas dimensões quanto à sua hegemonia, tais quais:

- São norteadas historicamente por um modelo de cooperação Norte-Sul, ao estabelecer relações somente com países desenvolvidos, predominando o imperialismo e a hegemonia do conhecimento produzido nesses países, o que revela uma concepção eurocentrada e colonialista de internacionalização;
- São assentadas em um paradigma científico moderno, originado no pensamento positivista de educação, constituído basicamente no domínio das Ciências Naturais e na ideia de progresso advindo das ciências e tecnologias;

- São pautadas em uma concepção de educação superior considerada como um serviço educacional, voltado a atender as demandas do mercado;
- São fundamentadas em valores e lógicas do mercado ao submeter seus objetivos a interesses econômicos e gerenciais.

Percebe-se, portanto, que as políticas neoliberais tendem a se apropriar de conceitos educacionais como a internacionalização, transformando seus sentidos, o que se faz urgente recuperar como contraponto a discussão sobre o caráter histórico não hegemônico da internacionalização, representado pela cooperação, parceria, troca, benefícios mútuos e aprimoramento de capacidade. (MOROSINI, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos pressupostos de que a internacionalização se constitui em um campo de tensões, passível de disputas e interesses contraditórios e que têm sido hegemonicamente norteadas pela agenda neoliberal, emerge a necessidade de se pensar em caminhos alternativos que se contraponham a esse modelo ao resgatar a ideia de uma internacionalização voltada para a reciprocidade e o benefício mútuo, para além da lógica mercantil.

A resistência a esse modelo hegemônico, segundo Santos (2011), deve envolver a promoção de alternativas de pesquisa, de formação, de extensão e de organização que apontem para a democratização do bem público universitário e perpassa pela maior articulação entre países do Sul, latino-americanos e africanos e também entre Brasil e Portugal.

Nesse sentido, é importante recuperar, como contraponto, experiências de políticas de internacionalização amparadas na promoção da integração regional e no modelo de cooperação Sul-Sul, que foram introduzidas no Governo Lula (2002-2010), tais como a criação de universidades como a Universidade Federal de Integração Latino-americana (UNILA) e a Universidade Federal de Integração Luso-afrobrasileira (UNILAB), criadas em 2010.

Há, ainda, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG, caracterizados por um conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, para formação de estudantes

estrangeiros em curso de graduação e pós-graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem ao final do curso. (BRASIL, 2013).

Outros projetos no âmbito latino-americano, indícios de contra hegemonia foram apontados no campo da internacionalização por Leal (2020), como a realização de debates e acordos em nível regional pautados em princípios de internacionalização cooperativa, a exemplo da 2ª Conferência Regional de Educação Superior da América Latina e o Caribe em 2008 e o Fórum Latino-americano da Educação Superior realizado em Foz do Iguaçu em 2014. Além disso, destacam-se os esforços para a construção do *Espacio de Encuentros Latinoamericanos y Caribeño de Educación Superior (ENLACES),* uma plataforma regional de conhecimento, informação e integração em Educação Superior para a América Latina e o Caribe, dentre outros.

Portanto, é necessário fomentar o debate sobre alternativas de internacionalização, que reiterem seu caráter histórico orientado para a cooperação e benefícios mútuos, considere as necessidades e realidades regionais e locais e que afirmem a educação com um bem público e um direito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone Maranhão Costa. A Internacionalização da Educação superior e Suas Muitas Fronteiras. In: **Anais** da XII Jornada do HISTEDBR e X Seminário de Dezembro, Caxias-Ma, 2 a 4 de dezembro de 2007. Caxias, MA: HISTEDBR-MA / CESC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Os Usos Sociais da Ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm

BRASIL. **Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Brasília, DF, dez, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 23 abr. 2018.

BRASIL. **Portaria nº 220, de 03 de novembro de 2018**. Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa. Brasília, DF, nov 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19400907/do1-2017-11-08-portaria-n-220-de-3-de-novembro-de-2017-19400854. Acesso em 28 mai 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3076, de 02/06/2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321. Acesso em 02 jul 2020.

CASTRO, Felipe Araújo. Precisamos falar sobre o (neo)conservadorismo no Brasil. **Justificando:** 06 de novembro de 2018. Disponível em: http://www.justificando.com/2018/11/06/precisamos-falar-sobre-o-neoconservadorismo-no-brasil/. Acesso em: 08 jul. 2019.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. ET al. **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAUI, Marilena. A Universidade Operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, *[S. l.]*, v. 4, n. 3, 1999. Disponível em: http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063. Acesso em: 14 ago. 2021.

COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Programa Ciência sem Fronteiras terá novo foco. **Portal CAPES**, 26 de julho de 2016. Disponível em: http://www.CAPES.gov.br/pt/36-noticias/8052-programa-ciencia-sem-fronteiras-tera-novo-foco-com-objetivo-de-beneficiar-alunos-mais-pobres. Acesso em: 10 jul. 2019.

GARCIA, Márcia Monalisa de Morais Sousa. **Trajetórias da Internacionalização da Universidade Pública**: avaliação do Programa Ciência sem Fronteiras à luz da experiência da Universidade Federal do Ceará. 2020. 223f. Dissertação. (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KNIGHT, Jane. **Updated Internationalization Definition. International Higher Education**. Boston; v. 33, 2003.

LEAL, Fernanda Geremias. **As bases epistemológicas dos discursos dominantes de internacionalização da educação superior no Brasil**. 2020. 350 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira. **Programa Ciência sem Fronteiras no Contexto da Política de Internacionalização da Educação Superior Brasileira**. 2015. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior**. Ministério da Educação, 22 de julho de 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/78351-perguntas-e-respostas-do-future-se-programa-de-autonomia-financeira-do-ensino-superior. Acesso em: 19 set. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MOROSINI, Marília Costa. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – conceitos e práticas. In: **Educar**, Curitiba, nº 28, p. 107-124. Editora UFPR, 2006.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma Ponte para o Futuro**. 29 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação superior no Século XXI:** visão e ação, Paris, 1998. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html. Acesso em: 05 dez. 2018.

VAN DER WENDE, Marijk. **Missing links: The Relationship between National Policies for Internationalisation and those for Higher Education in General**. In: KALVERMARK, T.; VAN DER WENDE, M. (Eds.). National Policies for the Internationalization of Higher Education in Europe. Hogskoleverket Studies. Estocolmo: Agência Nacional para la Educación Superior, p. 10-31, 1997.

WIT, Hans de et al. **L'Internationalisation de l'Enseignement Supérieur. Direction Générale des Politiques Internes. Département Thématique B: Politiques Structurelles et de Cohésion. Parlement Européen**. 2015. Disponível em:http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/540370/IPOL_STU(2015)540370_EN.pdf. Acesso em: 15 jun. 2018.

WTO. **The General Agreement on Trade in Services (GATS)**: objectives, coverage and disciplines. 1995.